

Garrotes, madeira, alfinetes de ouro, pregos e... cadáveres na contabilidade da Igreja

*José Antônio Lages**

Um dos “achados” mais surpreendentes no meio da papelada do falecido historiador Pedro Miranda que sua família doou recentemente ao Arquivo histórico está um livro de contabilidade. Mas um livro de contabilidade muito especial!

Na maior parte de suas páginas de papel “al masso” Gio Magnani, encontramos registros de sepultamentos realizados no cemitério da antiga capela de São Sebastião do Ribeirão Preto, localizada exatamente onde hoje está a fonte luminosa da Praça XV. O cemitério, com certeza, aos fundos, localizava-se entre a fonte luminosa e onde hoje está o Theatro Pedro II. Estão ali 284 sepultamentos realizados entre 19 de outubro de 1867 e 14 de junho de 1870 (existiu outro cemitério antes desse – ainda não localizado – pois o arraial já aparece citado em documentos eleitorais de São Simão já em 1856), grande parte de crianças e recém-nascidos (elevada mortalidade infantil).

Mas o livro havia servido também registro de receita e despesa da Igreja ainda durante a construção da capela. Entram na receita doações dos fiéis em dinheiro e em espécie, como dois garrotes no valor de 25\$000 (vinte e cinco mil réis), 8 frangos no valor de \$700 (setecentos réis), duas açucenas, um par de brincos e um alfinete de ouro, um carro (de boi) de milho do Sr. Francisco Roiz de Faria e um capado arrematado por 10\$500 (dez mil e quinhentos réis). Tudo como doações a São Sebastião! Essas ofertas em espécie eram leiloadas e todo o dinheiro apurado era empregado na construção da capela de São Sebastião.

Essas anotações contábeis iniciam-se em 12 de fevereiro de 1865 com a seguinte declaração: “Peguei da venda do Sr. José Antônio Pereira 700 pregos para a obra da igreja”. As anotações encerram-se em 10 de agosto de 1870.

As despesas referem-se claramente à obra de construção da capela, cujo oficial responsável foi o Sr. Jerônimo Pinto da Silva. A maior parte dos pagamentos a esse oficial vem assinada por Bernardo Alves Pereira – fabricante nomeado após o assassinato de Manoel Fernandes do Nascimento -, pelo procurador Antônio Maciel de Pontes e por Ignácio Bruno da Costa, um dos doadores do patrimônio de terras da capela há mais de dez anos.

Na declaração de despesas feitas para atender às necessidades da nascente comunidade religiosa ou para a construção de sua capela, encontramos uma enxada por 3\$500, 500 pregos por 5\$000, uma garrafa de vinho mascate por 3\$000, uma garrafa grande de vinho por 1\$600. Aliás, garrafas de vinho em profusão... Nem parece que era apenas para a celebração da missa. Havia ainda uma fechadura comprada para o cemitério no valor de 3\$800 em 31 de maio de 1869. E ainda 1Kg de farinha de trigo por 1\$760 e uma viagem de telhas (viagem era medida!).

Ao lado das despesas miúdas, ainda havia outras mais elevadas como a previsão de benção da capela em 5 de julho de 1868 por 23\$000 e o pagamento das provisões da pia batismal da capela, curada no valor de 36\$300 em 7 de janeiro de 1870. Ficamos ainda sabendo que foi pago a um pedreiro o valor de 2\$000 pelo conserto do telhado (da igreja talvez). O interessante de tudo isso é que todas as anotações vêm misturadas, sem nenhuma preocupação com classificação: registros de óbitos, recibos e pagamentos diversos, acerto de contas, doações dos fiéis, etc. Conclusão lógica é que a cobrança dos sepultamentos feitas ainda durante a construção da capela serviu para custear a sua própria construção. Isso fica claro com os freqüentes acertos de conta entre o fabriqueiro e o vigário em meio aos registros de sepultamento. É bom que se diga que cada sepultamento custava 3\$000 e somente os pobres não pagavam.

Mas voltemos aos mortos. Entre eles, encontramos nossos primeiros moradores ilustres, como José Borges da Costa, deixando viúva sua 4ª mulher, Leonor Nogueira Terra. Ele faleceu por “inflamação” com 80 anos de idade em 18 de dezembro de 1867. Ali está José Pacífico de Andrade, morto aos 58 anos; Antônio Soares de Castilho, de família de ricos comerciantes do arraial e esposo de Dona Ana Rita do Amaral, morto aos 66 anos de “hidrofisia”; João Alves da Silva Primo, morto repentinamente em 21 de março de 1870; e José Mateus dos Reis, morto aos 53 anos em 10 de agosto de 1869 de “inflamação do fígado”. Este José Mateus é o mesmo que fez em 1845 a frustrada tentativa de doação de um terreno para a construção da capela na Fazenda das Palmeiras. Além de ser muito pequena, a área estava sob demanda com outras pessoas e a Igreja não aceitou a doação. Era onde Ribeirão poderia ter nascido.

Chama a atenção a idade de alguns falecidos naquela época tão remota: Antônio Martins com 115 anos, morto por hidrofisia em 20 de outubro de 1867, e Manoel de Oliveira Pontes com 124 anos, falecido de “velhice” em 15 de junho de 1868 (enterrado gratuitamente por ser pobre).

Este primeiro livro da Igreja de Ribeirão Preto que servia para tudo, pelo menos para registrar as entradas e saídas financeiras, é uma verdadeira preciosidade histórica. Uma pesquisa mais aprofundada pode até demonstrar o custo exato da construção da capela de São Sebastião. Os dados dos registros de óbitos poderão levar a interessantes conclusões na área da Demografia Histórica. É possível acompanhar os primeiros passos de Ribeirão Preto e de sua população originária – seus gostos, seus usos, seus objetos, seu imaginário.

É até possível perceber uma certa vacilação para se fixar o nome do arraial que então nascia: até 1865, escrevia-se ainda São Sebastião da Barra do Retiro. A partir de 1866 é que parece ter se fixado São Sebastião do Ribeirão Preto. Que tal se Ribeirão Preto se chamasse hoje Barra do Retiro? Nada lembraria a agitada e efervescente vida urbana de nossos dias.

***José Antônio Lages** *é professor de História, historiador e ex-vereador na Câmara Municipal de Ribeirão Preto.*